



Revista Bioética

ISSN: 1983-8042

ISSN: 1983-8034

Conselho Federal de Medicina

Freitas, Caio Mendes de; Mainieri, Alessandra Ghinato; Mármora, Cláudia Helena Cerqueira

Ética e autoria nas revistas brasileiras de psicologia

Revista Bioética, vol. 29, núm. 3, 2021, Julho-Setembro, pp. 648-654

Conselho Federal de Medicina

DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021293500>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361570761021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

 [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Ética e autoria nas revistas brasileiras de psicologia

Caio Mendes de Freitas<sup>1</sup>, Alessandra Ghinato Mainieri<sup>1</sup>, Cláudia Helena Cerqueira Mármora<sup>1</sup>

1. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil.

## Resumo

O crédito e a responsabilidade pela autoria científica são assuntos discutidos na literatura nacional e internacional. Em 1978 foi criado o International Committee of Medical Journal Editors, que estabeleceu regras gerais para determinar a autoria em publicações científicas. Ao discutir aspectos éticos da produção científica, este artigo busca apresentar essas diretrizes, bem como o percentual de revistas nacionais de psicologia que as adotam. A partir do sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foram avaliadas publicações nacionais de psicologia com Qualis A1, A2, B1 e B2. Identificou-se que as políticas editoriais das 292 revistas encontradas, estão em consonância com os critérios de autoria do comitê, sugerindo que publicações nacionais de psicologia evidenciam qualidade e credibilidade por cumprirem regras de responsabilidade pela autoria.

**Palavras-chave:** Ética. Autoria. Psicologia.

## Resumen

### Ética y autoría en las revistas brasileñas de psicología

El crédito y la responsabilidad de la autoría científica son cuestiones discutidas en la literatura nacional e internacional. En 1978, se creó el International Committee of Medical Journal Editors, que estableció reglas generales para determinar la autoría en publicaciones científicas. Al discutir aspectos éticos de la producción científica, este artículo trata de presentar esas directrices, así como el porcentaje de revistas nacionales en el área de psicología que las adoptan. Con base en el sistema de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior, se evaluaron las publicaciones nacionales de psicología con Qualis A1, A2, B1 y B2. Se constató que las políticas editoriales de las 292 revistas encontradas se ajustan a los criterios de autoría del comité, lo que sugiere que las publicaciones nacionales en el campo de la psicología evidencian calidad y credibilidad por cumplir con las normas de responsabilidad por la autoría.

**Palabras clave:** Ética. Autoría. Psicología.

## Abstract

### Ethics and authorship in Brazilian psychology journals

Credit and responsibility for scientific authorship are issues discussed in Brazilian and international literature. In 1978, the International Committee of Medical Journal Editors was created, which established general rules for determining authorship in scientific publications. By discussing ethical aspects of scientific production, this article seeks to present these guidelines, as well as the percentage of national psychology journals that adopt them. From the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel system, Brazilian psychology publications with Qualis A1, A2, B1 and B2 scores were evaluated. The editorial policies of 292 journals were found to be in line with the committee's authorship criteria, suggesting that national psychology publications show quality and credibility for complying with rules of responsibility for authorship.

**Keywords:** Ethics. Authorship. Psychology.

Publicar tornou-se, há algumas décadas, uma necessidade da comunidade científica, além de uma conquista acadêmica importante para os pesquisadores, pois a autoria de um artigo tem implicações acadêmicas, sociais e financeiras. Por exemplo, a produção científica serve de parâmetro para que agências de fomento concedam recursos para financiar as pesquisas. Em contrapartida, a cultura do *publish or perish* é uma realidade do produtivismo acadêmico, que tende a valorizar excessivamente a quantidade de publicações, por vezes em detrimento de sua qualidade<sup>1-3</sup>.

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) avalia programas de pós-graduação e revistas científicas por meio do sistema Qualis Capes, que analisa a qualidade e classifica artigos e pesquisas. Atualmente, esse sistema indica a necessidade de publicações que atinjam graus mais elevados de excelência, como os estratos A e B, cujos critérios ainda diferem em relação às áreas de conhecimento, a depender de programas de pós-graduação e câmaras técnicas, dentre outros aspectos. Em vista disso, neste artigo busca-se discutir aspectos éticos dos créditos de autoria envolvidos na produção científica, bem como verificar a proporção de revistas nacionais de psicologia que utilizam os critérios estabelecidos, validados e reconhecidos internacionalmente pela comunidade científica.

## Condutas indevidas nas pesquisas científicas

Ao longo dos últimos 50 anos o número de coautores se ampliou, principalmente em publicações médicas, crescimento que pode ser explicado por uma série de fatores, como o aumento dos colaboradores vinculados ao pesquisador principal e a crescente complexidade das pesquisas em ciências da saúde, que exigem parcerias interdisciplinares. A esses motivos acrescenta-se a autoria honorária (*gift authorship*), situação em que o pesquisador não preenche adequadamente os créditos como autor, mas que é impulsionada pela pressão por financiamento e promoção, além da crença de que incluir autores seniores aumentaria a chance de publicação<sup>4,5</sup>.

Embora os editores de revistas se esforcem para que sejam cumpridos critérios dos créditos de autoria, condutas inadequadas são frequentes nas pesquisas. Exemplo disso é a autoria fantasma (*ghost authorship*), que ocorre quando se deixa de indicar

o nome de alguém que contribuiu substancialmente na pesquisa ou redação de um artigo e, portanto, preencheria os critérios. Tal omissão pode prejudicar a credibilidade pessoal dos pesquisadores envolvidos, visto que infringe preceitos éticos consolidados<sup>4,6</sup>.

O plágio é outro desvio da norma científica, problema crucial que frequentemente pode ser detectado antes da publicação por meio de softwares que identificam e revelam essa conduta inadequada. É caracterizado pela reprodução do trabalho de outro pesquisador ou de material já publicado sem a devida atribuição dos créditos e envolve a falsificação ou mistura de dados, podendo ser intencional ou incidental. Por sua vez, o autoplágio é a reutilização do próprio texto, o que fornece a falsa impressão de que as ideias e palavras são originais, caracterizando violação da integridade intelectual<sup>7,8</sup>.

Assim como o plágio, a fabricação e a falsificação são duas outras más condutas científicas descritas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)<sup>9</sup> em seu Código de Boas Práticas Científicas, e, embora tenham definições diferentes, são bastante similares<sup>10</sup>. A falsificação é a apresentação de dados ou resultados de pesquisa modificados, imprecisos ou incompletos que interferem nas conclusões do estudo, enquanto a fabricação consiste em afirmar que determinadas informações foram obtidas, quando realmente não o foram.

Condutas indevidas em pesquisas científicas se tornaram evidentes no início dos anos 1980, quando John Darsee, pesquisador vinculado à Harvard Medical School e à Emory University, quebrou a confiança de seus coautores e de leitores ao falsificar dados de diversos estudos. Em maio de 1981 Darsee admitiu a fraude em um de seus artigos, mas investigações posteriores descobriram que ele também apresentara dados forjados em outras publicações. Dentre esses estudos, muitos elencavam coautores que aceitaram voluntariamente os créditos, mas que se isentaram das fraudes quando elas vieram a público<sup>2,11</sup>.

O caso de Darsee mostra que, embora muitos autores estejam dispostos a reivindicar créditos, poucos são propensos a compartilhar as responsabilidades inerentes ao papel de autor ou coautor<sup>11</sup>. Assim, foram desenvolvidas políticas para fundamentar os critérios de autoria, visando garantir condutas éticas na elaboração de manuscritos científicos. Criado em 1978 e com amplo reconhecimento internacional, o International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)<sup>12</sup> estabeleceu normas para creditar os autores, diretrizes que foram

adotadas pelo Committee on Publication Ethics (Cope)<sup>13</sup>, que prescreve para os editores científicos um código de conduta cujos critérios devem ser integralmente atendidos. São eles:

1. Contribuições significativas na concepção e planejamento, na aquisição de dados ou em sua análise e interpretação;
2. Redação e elaboração do artigo ou revisão intelectual crítica;
3. Aprovação da versão final a ser publicada;
4. Acordo de responsabilidade por todos os aspectos do trabalho, garantindo que as questões relacionadas à precisão ou integridade de qualquer parte do trabalho sejam devidamente investigadas e resolvidas<sup>14</sup>.

Em vista disso, autor é aquele que faz contribuições intelectuais significativas para o estudo publicado<sup>12</sup>, sem as quais aspectos como financiamento, coleta de dados ou supervisão geral do grupo de pesquisa não justificam a autoria. Por exemplo, chefiar o local de trabalho onde será realizada a pesquisa e participar de seus procedimentos é algo a ser valorizado, mas sem contribuição intelectual isso se configura apenas como exercício técnico de uma função.

Nesse sentido, várias pesquisas dependem da colaboração de profissionais que podem auxiliar em sua realização ao desempenharem funções rotineiras, como médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório e secretários, dentre outros. Porém, se sua participação se limita a executar sua rotina de trabalho, não há mérito que legitime a autoria. A coleta de dados, por mais relevante, extensa e demorada que possa ser, não envolve contribuição intelectual específica para a pesquisa e, portanto, não fundamenta autoria ou coautoria, devendo ser mencionada, assim como outros auxílios, na seção de agradecimentos<sup>1</sup>. No caso da psicologia, a American Psychological Association (APA), na seção 8.12 de seus princípios éticos e código de conduta, apresenta as seguintes diretrizes para determinar a autoria:

- (a) Os psicólogos assumem responsabilidade e crédito, incluindo crédito de autoria, apenas pelo trabalho que efetivamente realizaram ou para o qual contribuíram substancialmente.
- (b) A autoria principal e outros créditos de publicação refletem com precisão as contribuições científicas ou profissionais relativas dos indivíduos envolvidos. A simples posse de uma posição institucional, como a cadeira em um departamento, não justifica o crédito da autoria. Contribuições menores para

a pesquisa ou para a redação para publicação são adequadamente reconhecidas nas notas de rodapé ou em uma declaração introdutória.

(c) Exceto em circunstâncias excepcionais, um aluno é listado como autor principal em qualquer artigo de autoria múltipla que seja substancialmente baseado em sua tese de doutorado. Os conselheiros de professores discutem o crédito de publicação com alunos o mais cedo possível e durante todo o processo de pesquisa e publicação, conforme apropriado<sup>15</sup>.

Assim, em conformidade com as diretrizes do ICMJE, a APA<sup>16</sup> preconiza que o crédito de autoria deve refletir contribuição intelectual de qualquer pessoa envolvida com o projeto inicial de pesquisa, coleta e análise de dados, elaboração de manuscritos e aprovação final. Financiar, orientar ou realizar pesquisa contributiva sem efetivamente ter parte na publicação não caracteriza autoria. Além disso, o autor principal é responsável pela publicação, devendo se certificar de que os dados são precisos e de que todos os autores meritórios foram creditados, além de terem aprovado a versão final do manuscrito<sup>16</sup>.

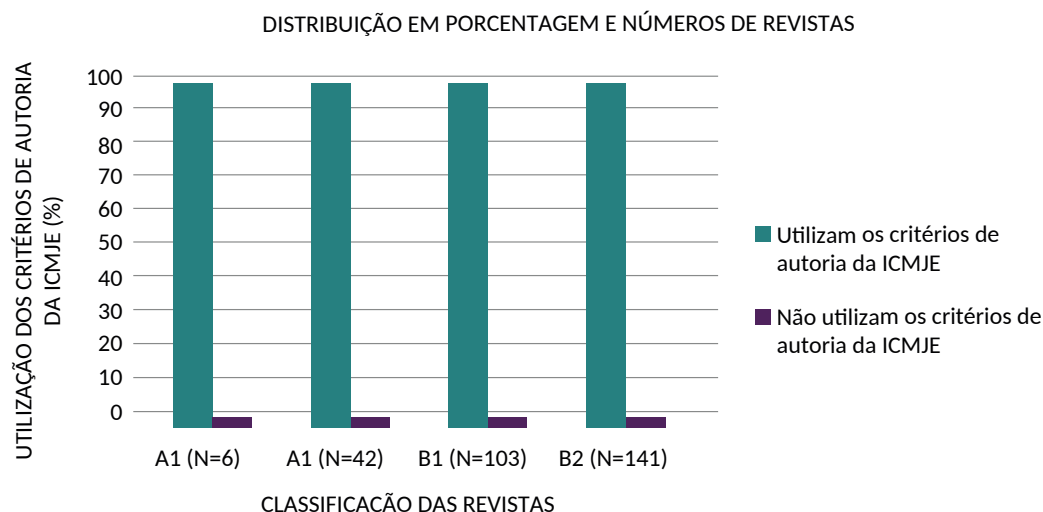
## Método

Trata-se de pesquisa realizada em 2018 no Qualis Periódicos da Plataforma Sucupira com revistas nacionais de psicologia dos estratos A1, A2, B1 e B2, de modo a verificar o uso dos critérios de autoria estabelecidos pelo ICMJE. Todas as revistas de psicologia cadastradas na Plataforma Sucupira e classificadas nos estratos mencionados tiveram suas políticas editoriais consultadas, por meio das seções “diretrizes aos autores” e “políticas de seção”. Considerou-se que as revistas haviam adotado as recomendações do ICMJE mesmo que não as mencionassem especificamente, desde que estivessem em conformidade com as diretrizes do Cope, da APA, de órgãos científicos e de fontes de indexação que seguem as regras preconizadas pelo ICMJE.

## Resultados

As 292 revistas pesquisadas estavam em consonância com os critérios de autoria do ICMJE. Após análise, constatou-se a seguinte divisão por estrato: 6 (A1), 42 (A2), 103 (B1) e 141 (B2), conforme dados da Figura 1:

**Figura 1.** Distribuição percentual e número de revistas que utilizam e que não utilizam os critérios de autoria do ICMJE em suas políticas editoriais



## Discussão

Os dados sugerem que a literatura nacional de psicologia é pouco suscetível a problemas com crédito e responsabilidade pela autoria, uma vez que todas as revistas pesquisadas seguem os critérios estabelecidos pelo ICMJE. A aderência às recomendações do comitê torna as revistas nacionais menos vulneráveis a condutas de risco éticas e metodológicas. Nesse sentido, seriam menos prováveis práticas indevidas, tais como autoria honorária, autoria “fantasma”, autoria por contribuições que não sejam intelectuais, plágio, autoplágio, fabricação e falsificação, dentre outros problemas.

A autoria pressupõe a capacidade de assumir responsabilidades sociais, éticas e profissionais decorrentes do conteúdo do trabalho. Além disso, a transparência na condução de pesquisas é atualmente uma das principais exigências éticas de periódicos científicos<sup>17</sup>. Editores podem evitar a autoria inapropriada ao seguirem as recomendações do ICMJE<sup>12</sup>, exigindo que as contribuições individuais de todos os participantes da pesquisa sejam especificadas em relatório<sup>18</sup>.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criou suas diretrizes em 2011, fundamentando-as nos critérios do ICMJE. Assim, recomenda que o crédito de autoria seja concedido apenas àqueles que prestaram contribuição significativa à pesquisa, como realizar

experimentos, participar do planejamento experimental, analisar resultados ou compor o conteúdo do manuscrito. Dessa forma, autores de um artigo científico devem ser responsáveis por sua veracidade e idoneidade, e toda pesquisa deve manter padrões éticos ao ser executada, seja com animais, seja com seres humanos<sup>19</sup>.

As diretrizes do ICMJE são adotadas por revistas científicas mundialmente renomadas, tais como: *The Lancet*, *Journal of the Medical Association*, *Nature*, *Journal of Medical Ethics*, *The New England Journal of Medicine*, *British Journal of Pharmacology*, *European Association for Chemical and Molecular Sciences*, *Annals of Internal Medicine*, dentre outras<sup>20-26</sup>. Segundo artigo publicado no site da Elsevier, maior editora de literatura médica e científica do mundo, os critérios de autoria do ICMJE são os mais utilizados, conhecidos como regras da Vancouver<sup>27</sup>. Além disso, a Austrian Agency for Research Integrity (OeAWI)<sup>28</sup> também endossa os princípios do ICMJE em suas diretrizes para boas práticas científicas.

Tendo em vista que os critérios do ICMJE são mundialmente aceitos e bem definidos<sup>29</sup>, as demais áreas científicas nacionais deveriam adotá-los em suas políticas editoriais, de modo a prevenir condutas indevidas e garantir maior transparência aos resultados. Fundamentos morais e princípios éticos como confiabilidade, objetividade, integridade, imparcialidade e abertura precedem a pesquisa científica, motivo pelo qual pesquisadores têm a

responsabilidade e compromisso de tornar públicos dados precisos e fidedignos relacionados aos resultados de seus estudos<sup>30,31</sup>.

## Considerações finais

Considerando as recomendações do ICMJE, apresentaram-se os critérios validados pela comunidade científica internacional para atribuir crédito e responsabilidade pela autoria científica, diretrizes que foram analisadas nas publicações nacionais de psicologia com maior fator

de impacto, permitindo verificar que todas as revistas dos estratos Qualis A1, A2, B1 e B2 estão em consonância com os critérios do comitê. Em vista disso, sugere-se que, caso ainda não seja um padrão, as demais revistas nacionais adotem as normas do ICMJE, independentemente da área de produção científica, pois se trata de importante ferramenta para prevenir eventuais condutas indevidas. Ademais, os princípios norteadores debatidos estão de acordo com as metas de abertura e transparência nas publicações, respeitando todos os aspectos éticos e metodológicos da pesquisa científica.

## Referências

1. Petroianu A. Distribuição da autoria em trabalhos científicos. ABCD Arq Bras Cir Dig [Internet]. 2012 [acesso 25 maio 2020];25(1):60-4. DOI: 10.1590/S0102-67202012000100014
2. Juyal D, Thawani V, Thaledi S, Prakash A. The fruits of authorship. Educ Health (Abingdon) [Internet]. 2014 [acesso 25 maio 2020];27(2):217-20. DOI: 10.4103/1357-6283.143777
3. Patrus R, Dantas DC, Shigaki HB. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? Cad EBAPE.BR [Internet]. 2015 [acesso 25 maio 2020];13(1):1-18. Disponível: <https://bit.ly/3AtQqLE>
4. Al-Herz W, Haider H, Al-Bahhar M, Sadeq A. Honorary authorship in biomedical journals: how common is it and why does it exist? J Med Ethics [Internet]. 2014 [acesso 25 maio 2020];40(5):346-8. DOI: 10.1136/medethics-2012-101311
5. Tilak G, Prasad V, Jena AB. Authorship inflation in medical publications. Inquiry [Internet]. 2015 [acesso 25 maio 2020];52:0046958015598311. DOI: 10.1177/0046958015598311
6. Dotson B, Slaughter RL. Prevalence of articles with honorary and ghost authors in three pharmacy journals. Am J Health Syst Pharm [Internet]. 2011 [acesso 25 maio 2020];68(18):1730-4. DOI: 10.2146/ajhp100583
7. Habal MB. Authorship in scholarly scientific publication. J Craniofac Surg [Internet]. 2013 [acesso 25 maio 2020];24(4):1059-60. DOI: 10.1097/SCS.0b013e31829ff956
8. Thurman RH, Chervenak FA, McCullough LB, Halwani S, Farine D. Self-plagiarism: a misnomer. Am J Obstet Gynecol [Internet]. 2016 [acesso 25 maio 2020];214(1):91-3. DOI: 10.1016/j.ajog.2015.09.004
9. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Código de boas práticas científicas [Internet]. São Paulo: Fapesp; 2014 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/37JNDRO>
10. Vilaça MM. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para informar uma reflexão sobre o tema. Rev Bras Educ [Internet]. 2015 [acesso 25 maio 2020];20(60):245-69. DOI: 10.1590/S1413-24782015206012
11. Clement TP. Authorship matrix: a rational approach to quantify individual contributions and responsibilities in multi-author scientific articles. Sci Eng Ethics [Internet]. 2014 [acesso 25 maio 2020];20(2):345-61. DOI: 10.1007/s11948-013-9454-3
12. International Committee of Medical Journal Editors. Recommendations for the conduct, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals [Internet]. 2019 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/3yvwlUq>
13. Committee on Publication Ethics. Code of conduct and best practice guidelines for journal editors [Internet]. Eastleigh: Cope; 2015 [acesso 9 ago 2021]. Disponível: <https://bit.ly/3fJZ4h6>




14. International Committee of Medical Journal Editors. Op. cit. p. 2. Tradução livre.
15. American Psychological Association. Ethical principles of psychologists and code of conduct [Internet]. Washington: APA; 2010 [acesso 25 maio 2020]. p. 12. Disponível: <https://bit.ly/3xzTyDR>
16. American Psychological Association. Publication practices & responsible authorship [Internet]. 2008 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/3ArFNZD>
17. Tarkang EE, Kweku M, Zotor FB. Publication practices and responsible authorship: a review article. *J Public Health Afr* [Internet]. 2017 [acesso 25 maio 2020];8(1):723. DOI: 10.4081/jphia.2017.723
18. Donato H. Autoria na publicação científica. *Rev Med Fís Reabil* [Internet]. 2014 [acesso 25 maio 2020];25(1):8-10. Disponível: <https://bit.ly/3jlwbmz>
19. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq [Internet]. Brasília: CNPq; 2011 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/2VHocy7>
20. Lancet. Information for authors [Internet]. Amsterdam: Lancet; 2019 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/37K1Het>
21. Ioannidis JPA, Klavans R, Boyack KW. Thousands of scientists publish a paper every five days. *Nature* [Internet]. 2018 [acesso 25 maio 2020];561(7722):167-9. DOI: 10.1038/d41586-018-06185-8
22. Journal of Medical Ethics. Authors [Internet]. c2021 [acesso 9 ago 2021]. Disponível: <https://bit.ly/3Cul6hs>
23. New England Journal of Medicine. Editorial policies [Internet]. c2021 [acesso 9 ago 2021]. Disponível: <https://bit.ly/3xx3o9d>
24. Cohen AF. On authorship in the BJCP. *Br J Clin Pharmacol* [Internet]. 2017 [acesso 25 maio 2020];83(10):2127-30. DOI: 10.1111/bcp.13385
25. European Association for Chemical and Molecular Sciences. Ethical guidelines for publication in journals and reviews [Internet]. 2006 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/3lZfLJ4>
26. Annals of Internal Medicine. Information for authors [Internet]. c2021 [acesso 9 ago 2021]. Disponível: <https://bit.ly/3s7OLZc>
27. Mulligan A, Taylor M, Newsum L. The challenges around defining authorship: you have your say. *Elsevier Connect* [Internet]. 22 out 2014 [acesso 25 maio 2020]. Disponível: <https://bit.ly/3jHVUv8>
28. Austrian Agency for Research Integrity. OeAWI guidelines for good scientific practice [Internet]. c2021 [acesso 9 ago 2021]. Disponível: <https://bit.ly/3yz4P8l>
29. Chamon W. As letras pequenas no final da página. *Arq Bras Oftalmol* [Internet]. 2013 [acesso 25 maio 2020];76(3). DOI: 10.1590/S0004-27492013000300001
30. Silva JAT, Dobránszki J. How not to publish an open access journal: a case study. *Asian Australas J Plant Sci Biotechnol* [Internet]. 2013 [acesso 25 maio 2020];7(1 esp):102-10. Disponível: <https://bit.ly/2VK1JQo>
31. Stocks A, Simcoe D, Toroser D, DeTora L. Substantial contribution and accountability: best authorship practices for medical writers in biomedical publications. *Curr Med Res Opin* [Internet]. 2018 [acesso 25 maio 2020];34(6):1163-8. DOI: 10.1080/03007995.2018.1451832

**Caio Mendes de Freitas** – Doutorando – caio.mendesf@outlook.com

 0000-0001-9209-1138

**Alessandra Ghinato Mainieri** – Doutora – lecagm73@gmail.com

 0000-0002-4967-0203

**Cláudia Helena Cerqueira Mármora** – Doutora – claudia.marmora@uff.edu.br

 0000-0003-0457-3992

#### Correspondência

Cláudia Helena Cerqueira Mármora – Faculdade de Fisioterapia. Av. Eugênio do Nascimento, s/n CEP 36038-330. Juiz de Fora/MG, Brasil.

#### Participação dos autores

Caio Mendes de Freitas idealizou o estudo, coletou os dados e redigiu o artigo. Alessandra Ghinato Mainieri e Cláudia Helena Cerqueira Mármora orientaram a pesquisa e contribuíram igualmente na revisão final do artigo para publicação.

**Recebido:** 14.10.2019

**Revisado:** 3.8.2021

**Aprovado:** 4.8.2021